

Reflexões sobre os primórdios da arquitetura moderna brasileira a partir do conceito de campo de Pierre Bourdieu

Henrique Soares e Glauco Bienenstein

Henrique SOARES Doutorado em andamento em Arquitetura e Urbanismo - UFF; hasoares@id.uff.br

Glauco BIENENSTEIN Doutor em Planejamento Urbano e Regional - UFRJ; professor do PPGAU-UFF; gb@id.uff.br

Resumo

Este artigo considera a pertinência da utilização do conceito de campo do sociólogo francês Pierre Bourdieu para discutir eventos que constituem objetos da historiografia arquitetônica. Para tanto, se reflete sobre as origens da arquitetura moderna no Brasil, especificamente, no Rio de Janeiro, no início do século XX. O objetivo do trabalho consiste em oferecer elementos que possibilitem a compreensão do campo da arquitetura como um microcosmo da sociedade onde, usualmente, são produzidos símbolos ajustados aos interesses de grupos dominantes.

Palavras-chave: arquitetura moderna, heteronomia, Pierre Bourdieu, campo, Rio de Janeiro.

Abstract

This article considers the relevance of using French sociologist Pierre Bourdieu's concept of field to discuss events that constitute objects of architectural historiography. For this purpose, it discusses the origins of modern architecture in Brazil, specifically in Rio de Janeiro, at the beginning of the 20th century. The work aims to offer elements that enable the understanding of the field of architecture as a microcosm of society where symbols adjusted to the interests of dominant groups are usually produced.

Keywords: modern architecture, heteronomy, Pierre Bourdieu, field, Rio de Janeiro.

Resumen

Este artículo considera la relevancia de utilizar el concepto de campo del sociólogo francés Pierre Bourdieu para discutir eventos que constituyen objetos de la historiografía arquitectónica. Para ello, se reflexiona sobre los orígenes de la arquitectura moderna en Brasil, específicamente en Río de Janeiro, a principios del siglo XX. El objetivo del trabajo es ofrecer elementos que permitan comprender el campo de la arquitectura como un microcosmos de la sociedad donde, habitualmente, se producen símbolos ajustados a los intereses de los grupos dominantes.

Palabras-clave: arquitectura moderna, heteronomía, Pierre Bourdieu, campo, Rio de Janeiro.

Introdução

Nas últimas décadas, diversas abordagens sobre a arquitetura têm lançado mão de conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930 – 2002). Neste contexto, há reflexões sobre os primórdios da arquitetura moderna no Brasil, notadamente a que foi produzida no Rio de Janeiro, na primeira metade do século

XX, a partir do espaço de relações entre agentes sociais (cf. DURAND, 1989, 1991; CAVALCANTI, 2006). Este ensaio oferece contribuições a este debate, propondo uma análise fundamentada no conceito de campo de Bourdieu para compreender os primórdios da arquitetura moderna brasileira, cotejando fontes secundárias. Tal abordagem objetiva sugerir elementos que extrapolem a circularidade da reflexão sobre a arquitetura, frequentemente centrada em questões estéticas, formais e funcionais, por meio de uma análise multidimensional que articule também aspectos sociais, políticos e econômicos. Indica-se, assim, a possibilidade de compreender a arquitetura como um microcosmo da sociedade, isto é, um universo que articula e resulta de interações sociais, podendo apresentar graus variados de autonomia, no qual coexistem tanto regras próprias quanto determinações externas na formação de posições hegemônicas internas.

Inicialmente, são apresentadas breves considerações sobre o contexto em que se inscreve a obra de Pierre Bourdieu na sociologia. Em seguida, é realizada uma rápida revisão do conceito de campo por ele proposto, indicando sua relevância para refletir sobre a arquitetura. Na sequência, são analisados eventos da historiografia arquitetônica carioca, destacando-se os embates entre representantes do academicismo e do neocolonialismo, por um lado, e da arquitetura moderna, por outro, pelo controle do que é considerado legítimo em escolas, revistas e concursos. São enfatizadas as polêmicas em torno do projeto e da construção do Ministério da Educação e Saúde (MES), assim como a introdução de uma nova linguagem arquitetônica pelo Estado. Por fim, reitera-se a hipótese central de que a arquitetura pode ser compreendida como um campo heterônomo, isto é, com autonomia apenas parcial, sendo influenciado por diferentes ações externas, especialmente políticas, capazes de reconfigurar a correlação interna de forças e produzir símbolos ajustados aos interesses de grupos dominantes.

Campo para Bourdieu: Espaço social intermediário e hierarquizado

Segundo Bonnewitz (2003, p. 7), desde a década de 1970, Pierre Bourdieu tem fornecido respostas originais às principais questões da sociologia, contribuindo para “a renovação do conhecimento científico”. Bourdieu constrói sua originalidade combinando aspectos das ideias de três importantes sociólogos clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Assim, ele enfatiza o conhecimento científico do mundo social, a luta de classes pela apropriação de diferentes capitais e a importân-

cia das representações individuais na compreensão da realidade social. Bourdieu, todavia, difere de Durkheim ao considerar as relações históricas dos fenômenos sociais. Ele também se distingue de Marx ao enfatizar a influência cultural nos mecanismos de dominação. Em relação a Weber, Bourdieu utiliza a noção de legitimidade, mas amplia sua análise para compreender as estruturas de produção de autoridade, bem como a aceitação social de arbitrariedades. Isto posto, a despeito de se fundamentar em autores da sociologia clássica, Bourdieu oferece uma abordagem própria que ele denomina estruturalismo genético:

(...) a análise das estruturas objetivas — dos diferentes campos [a seguir explicado] — é inseparável da análise da gênese, no seio dos indivíduos biológicos, das estruturas mentais que são, em parte, o produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da gênese destas próprias estruturas sociais (BOURDIEU apud BONNEWITZ, 2003, p. 16).

Avalia-se que, ao conferir um caráter político à sociologia, os aportes teóricos de Bourdieu podem contribuir para revelar as relações de dominação presentes nas práticas dos agentes sociais em diferentes campos, além de fornecer ferramentas para que os dominados contestem a legitimidade dessas relações (BONNEWITZ, 2003).

Assim, Bourdieu fornece chaves interpretativas para compreender a realidade de diferentes espaços de relações sociais. No presente caso, oferece aportes teóricos a partir dos quais pode-se refletir sobre o campo da arquitetura. O conceito de campo infere a ideia de um espaço social “relativamente autônomo de relações específicas”; por meio dele é possível ir além das “relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos”, possibilitando desvelar “as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações” (BOURDIEU, 2005, p. 65–66). Com linguagem própria e sendo o espaço em que são geradas “coisas materiais e simbólicas” (edificações, por exemplo), as quais são disputadas e influenciam ações, cada campo (arquitetura, urbanismo, patrimônio, arte, ciência etc.) possui uma crença central que sustenta as disputas em torno da qual se movem e se confrontam os agentes, os quais participam de variados campos, logo, de distintas disputas simultaneamente. “Todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”, diz Bourdieu (2004, p. 22–23). Nele são travadas disputas pelo poder de representação ou “categorização” do mundo

social, visando descrevê-lo e prescrever ações sobre ele (BOURDIEU, 2005, p. 142).

No espaço social, as posições e interações dos agentes conferem uma estrutura específica ao campo, determinando suas possibilidades de ação. Essa estrutura é influenciada pelos volumes e tipos de capital que cada agente possui. A redistribuição do capital pode alterar a correlação de forças, mas mudar de posição requer esforço e tempo. Bourdieu (2005) compara o espaço social a um espaço geográfico, destacando sua concretude e a necessidade de mobilização para promover mudanças.

A compreensão do que constitui um campo exige “subtrair do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas” (BOURDIEU, 2005, p. 69). Isso significa um trabalho de ruptura e desnaturalização de ações e símbolos, colocando-os em “perspectiva sistemática” (BOURDIEU, 2004, p. 47), visando trazê-los para o espaço de relações em que eles são gerados e em que coexistem diferentes pontos de vista parciais, embora pretensamente revestidos de neutralidade.

Bourdieu (2005, p. 27–28) destaca a importância de “pensar relacionalmente”, refutando tanto a interpretação “internalista”, que se desvincula das práticas sociais, quanto a explicação “externalista”, que simplesmente vincula as questões internas às externas, sem as devidas mediações. Ele propõe, então, descrever o campo como um universo intermediário de relações objetivas, onde agentes e instituições produzem, reproduzem ou difundem os interesses desse espaço social, que possui suas próprias regras.

Embora o campo não seja totalmente livre das determinações do macrocosmo das relações sociais, ele possui uma autonomia parcial (BOURDIEU, 2004). Conforme Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2003), a sociedade é composta por diversos campos sociais que possuem graus variados de autonomia e são atravessados por lutas entre classes. Esses microcosmos sociais estão interligados, interpenetram-se e são formados por um processo de diferenciação progressiva. Cada campo possui sua própria dinâmica e porção de autonomia em relação a forças e agentes externos. A capacidade de resistir a influências externas determina o grau de autonomia de um campo. Quanto maior a capacidade de resistência, maior a autonomia. Por outro lado, quando a capacidade de resistir a demandas externas é baixa, o campo se torna mais heterônomo e sujeito a intervenções externas, o que

pode alterar a correlação interna de forças e a própria lógica das disputas. Nesses casos, a competição se torna imperfeita e é mais lícito que forças externas influenciem as lutas internas. Isso resulta em formas não reguladas de competição, onde armas não específicas são introduzidas e utilizadas no campo (BOURDIEU, 2004).

O conceito de campo de Bourdieu possibilita tanto análises ampliadas da sociedade quanto observações históricas. Embora cada campo social possua suas particularidades, “existem homologias estruturais e funcionais” entre eles, as quais manifestam mecanismos e conceitos genéricos nas formas específicas de cada campo (BOURDIEU, 2005, p. 67–69). Isso sugere uma relação de “homologia entre a estrutura social e os campos sociais” (BONNEWITZ, 2003, p. 62). Ao mesmo tempo, para uma análise histórica adequada, é necessário refletir sobre a história particular do campo:

a história só pode produzir a universalidade trans-histórica produzindo, por meio das lutas tantas vezes impiedosas dos interesses particulares, universos sociais que, por efeito de alquimia social das suas leis históricas de funcionamento, tendem a extrair da defrontação dos interesses particulares a essência sublimada do universal (BOURDIEU, 2005, p. 73).

Com isso, Bourdieu (2005, p. 73) assevera que, em vez de focalizar nos “grandes homens o princípio das grandes obras”, deve-se observar as produções de “mundos paradoxais” (isto é, aparentemente contraditórios) representados pelos campos e as ações humanas, as quais podem produzir atos ou obras que vão além de suas intenções. Nesse sentido, o autor indica que “a análise da história do campo é a única forma legítima de análise de essência” (BOURDIEU, 2005, p. 71).

O conceito de campo de Bourdieu permite compreender e explicitar as estruturas das relações entre instituições e agentes, bem como entre suas ideias e práticas, as quais, neste artigo, são objetos de estudos de teoria e história na arquitetura, que se constitui como um espaço social com regras próprias, mas com autonomia apenas parcial.

Os primórdios da arquitetura moderna no Rio de Janeiro

Conforme veremos a seguir, ao examinar parte da historiografia sob uma perspectiva do conceito de campo de Bourdieu, escolas, revistas e concursos são insti-

tuições estruturantes do campo da arquitetura e de seus paradigmas, que são dialeticamente estruturadas conforme as posições de poder, isto é, posições na estrutura social e nas disputas que as constituem. Dominar tais instituições significa exercer o controle sobre o que é considerado legítimo e publicado, contribuindo para reforçar ou alterar a correlação de forças entre os agentes, isto é, a própria estrutura de relações e a hierarquia do campo.

Analisando as origens do modernismo na arquitetura no Rio de Janeiro, Pessôa (2006) contesta a ideia de que os arquitetos locais do período entre as décadas de 1920 e 1940 teriam conhecido a arquitetura moderna exclusivamente a partir da influência do arquiteto franco-suíço Le Corbusier (1887 – 1965). Para corroborar com sua hipótese, o autor realiza analogias entre edificações erguidas na então capital federal e outras no exterior, expressivas de diferentes vanguardas arquitetônicas modernas, apontando discussões ocorridas sobre o tema em publicações especializadas. Ele também observa que as citações sobre as produções de diversos próceres arquitetura moderna internacional foram realizadas não apenas pelos cariocas que a elas eram simpáticos, mas também por aqueles que as rejeitavam, evidenciando a existência de um debate e “um ambiente cultural informado” (PESSÔA, 2006, p. 216). Desse modo, percebe-se, no Rio de Janeiro, a existência de um espaço de relações entre agentes, ideias e obras arquitetônicas, o qual se articulava a atores sociais situados na escala internacional.

O referido autor argumenta que os arquitetos modernos no Rio de Janeiro se opunham ao academicismo e buscavam se aproximar da noção de modernidade como o espírito da época. Eles valorizavam a racionalidade técnica funcional e a ciência, dispensando o emprego e a mediação de adornos. Embora houvesse a intenção de criar uma arquitetura adequada ao contexto local, na prática prevaleceu uma linguagem funcionalista, reforçando a imagem da arquitetura produzida naquele período em diferentes partes do mundo.

Ainda que haja concordância com Pessôa (2006) no que se refere às variadas vanguardas modernistas estrangeiras que influenciaram a produção carioca de ideias e edifícios desde o fim da década de 1920, o presente trabalho também considera outras pesquisas que destacam a influência de Le Corbusier sobre os arquitetos modernistas locais entre 1930 e 1960 (cf. DURAND, 1989, 1991; CAVALCANTI, 2006). No entanto, evita-se retratá-lo como a única referência.



A relevância de Le Corbusier surge quando a disputa entre modernos e academicistas se estende para a ocupação de posições dentro do Estado, instância legitimadora que possibilita a realização de projetos e obras. Assim, a associação dos arquitetos locais com Le Corbusier representa uma articulação em escala internacional, capaz de incrementar os recursos simbólicos, em especial, de autoridade, dos modernistas brasileiros, alterando a correlação de forças na disputa pela definição da linguagem legítima no campo da arquitetura brasileira e carioca na primeira metade do século XX.

Outro personagem crucial, mas não único, para compreender a importação e a receptividade da arquitetura moderna no Rio de Janeiro é Lúcio Costa (1902 – 1998). Logo após a Revolução de 1930, Costa, indicado pelo poeta Manuel Bandeira ao chefe de gabinete Rodrigo Mello Franco de Andrade, do Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, assumiu, como interventor, a direção da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), instituição originalmente “de orientação acadêmica” (CAVALCANTI, 2006, p. 35). Apesar do curto e conflituoso período à frente da instituição, entre dezembro de 1930 e agosto de 1931, quando foi destituído pelo corpo docente titular após uma mudança no regimento universitário (DURAND, 1991), Costa teve a oportunidade de organizar uma exposição de arte e convidar o arquiteto moderno Gregori Warchavchik (1896 – 1972) para temporariamente lecionar, conseguindo implementar mudanças estruturantes que “modernizaram” o curso de arquitetura e impactaram os estudantes da época, os quais organizaram cursos extracurriculares e leituras conjuntas da revista *L’Esprit Nouveau*, que publicava textos de Le Corbusier (DURAND, 1989). Posteriormente, em 1933, Costa participou do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em Atenas, sendo incumbido de agrupar no Rio de Janeiro os simpatizantes do modernismo no que seria um “CIAM carioca” (MOTTA apud CHUVA, 2012, p. 95).

A década de 1930 ficou marcada tanto por concursos de projetos para edifícios públicos quanto pelo debate de ideias em vários meios de comunicação no campo arquitetônico no Rio de Janeiro. Sobre o assunto, Cavalcanti (2006) afirma que:

(...) os arquitetos modernos disputavam com os adeptos das correntes neocolonial e acadêmica o privilégio de serem escolhidos pelo governo para efetuar as construções de seus ministérios e repartições. A seleção de formas arquitetônicas concretas que simbolizassem no Rio de Janeiro, então capital federal, o

estilo e a face pública de um Estado que queria 'novo' envolveu disputas, explicitações de diferenças e conquistas de aliados em domínios não-arquitetônicos, além da mobilização da opinião pública, por meio de jornais, por ocasião dos concursos para a edificação dos ministérios da Fazenda, Trabalho e Educação e Saúde (CAVALCANTI, 2006, p. 13).

Dentre as publicações da época, Pessôa (2006, p. 215) destaca a revista bimestral *Arquitetura e Urbanismo*, ligada ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), organização profissional e cultural fundada em 1921 e ainda existente. Inicialmente, entre 1936 e 1939, a revista publicava principalmente projetos de "casas nos estilos normando, neocolonial, missões, marajoara etc.", em consonância com a ENBA, e apresentava críticas à produção arquitetônica moderna estrangeira e carioca daquele período. Posteriormente, passou a publicar também "projetos e construções modernos" (PESSÔA, 2006, p. 221), representando uma ruptura. Tal descontinuidade na linha editorial assinala a legitimação da arquitetura moderna, bem como a sua divulgação no país. O periódico foi lançado no ano seguinte ao concurso de projetos para o Ministério da Educação e Saúde (MES), ou seja, em meio a uma acirrada competição entre as orientações que a arquitetura brasileira deveria seguir, e permaneceu ativo até 1942, período em que o edifício ainda estava em construção. Observar ambos os processos, como faz o referido autor, possibilita-nos ter uma noção das disputas entre grupos e ideias e verificar a estrutura de suas relações. Se nas linhas antecedentes deste texto observamos rapidamente o debate ocorrido na revista, nas próximas abordaremos alguns eventos ligados ao concurso de projetos do MES.

Cavalcanti (2006) descreve que o concurso de anteprojetos arquitetônicos para o MES, iniciado em abril de 1935 com o lançamento do edital, resultou na vitória de um projeto que mesclava estilos academicista e neocolonial. O júri era composto por dois arquitetos, dois engenheiros e o Ministro da Educação e Saúde: respectivamente, Adolfo Morales de Los Rios Filho, professor e representante da ENBA; Salvador Duque Estrada Batalha, indicado pelo IAB e professor da ENBA; Eduardo Sousa Aguiar, funcionário do MES; Natal Palladini, representante da Escola Politécnica; e, o presidente do júri, Gustavo Capanema, Ministro empossado em julho de 1934, que declarou que votaria somente em caso de empate. O edital estipulava que o prédio projetado deveria seguir as determinações do código de posturas municipal, segundo o qual a edifi-

cação de sete pavimentos deveria estar alinhada com a quadra e disposta no centro do terreno, limitando “qualquer inovação” (CAVALCANTI, 2006, p. 35).

O julgamento da primeira etapa, aberta a todos arquitetos legalmente habilitados no Brasil, foi iniciado em dezessete de junho de 1935. Em cinco de julho foi realizada a segunda reunião, quando o jurado Morales de Los Rios Filho indicou que a maioria dos projetos concorrentes estava em desacordo com a implantação estipulada nas leis municipais e no edital. Em seguida, os jurados Batalha e Sousa Aguiar sugeriram que o não atendimento das diretrizes de implantação indicadas no edital fosse critério de eliminação dos concorrentes, recomendação aceita pelos demais membros, resultando na eliminação de trinta e três projetos.

Assim, na segunda e última etapa, restaram apenas três projetos concorrentes: Pax, de autoria de Archimedes Memória, e Minerva, de Rafael Galvão, que receberam quatro votos (de Morales de Los Rios Filho, Batalha, Palladini e Sousa Aguiar); e Alpha, de Gérson Pinheiro, que recebeu três votos (inicialmente, dois, de Batalha e Sousa Aguiar; e, por fim, de Capanema, pois o júri havia deliberado que apenas os anteprojetos com ao menos três votos se classificariam para a segunda etapa). Estes finalistas tiveram um prazo para detalhar os projetos e a escolha final do vencedor ocorreu em outubro de 1935, quando voltou a ser o mais votado o projeto de Memória, que sucedeu Lúcio Costa na direção da ENBA e da qual era professor da cátedra de “Grandes Composições Arquitetônicas”, além de titular de um escritório que herdou de seu sogro, Heitor de Mello. No parecer de Sousa Aguiar, o qual foi integralmente subscrito por Morales de Los Rios Filho, constam elogios à solução vencedora no que se refere ao controle térmico e à circulação, ressaltando também que foi a única a respeitar a área total e o custo estipulado pelos organizadores do certame. Além disso, o voto de Sousa Aguiar registra e rejeita os protestos na imprensa local de alguns “modernos” eliminados (CAVALCANTI, 2006). A proposta de Memória, contudo, recebeu críticas de Batalha e Palladini. O primeiro argumentou que o anteprojeto vencedor se assemelhava a um pavilhão de exposições, enquanto o segundo considerou as fachadas inadequadas para um edifício público. O presidente do júri, o Ministro Capanema, absteve-se de votar, posto que não houve necessidade de desempate. Entretanto, tempos depois, ele, que se cercava de assessores modernistas, dentre eles os poetas Carlos Drummond de Andrade, chefe de seu gabinete, Manuel Bandeira e Mário de Andrade, expressou ao Presidente Getúlio

Vargas o seu descontentamento com o projeto escolhido para a sede de seu ministério, o qual julgava ser de mau gosto, mesclando “estilo neoclássico e elementos decorativos alusivos a uma fictícia civilização marajoara que haveria existido durante a Antiguidade, na região norte do Brasil” (CAVALCANTI, 2006, p. 40).

Em janeiro de 1936, Capanema decidiu pagar os prêmios previstos no concurso e buscar o apoio de Vargas para contratar Lúcio Costa para realizar outro projeto que não tivesse a obrigação de atender aos requisitos municipais, especialmente de alinhamento ao contorno do quarteirão. Ao mesmo tempo, a partir da solicitação de dois pareceres sobre o projeto vencedor, um a respeito da adequação funcional e outro com relação a questões sanitárias, o Ministro buscava argumentos técnicos para justificar a dispensa de construí-lo e contratar outro mais adequado.

Em março de 1936, Lúcio Costa foi formalmente convidado para a empreitada. Ao aceitar o convite, ponderou sobre a pertinência da participação de três outros arquitetos que também apresentaram projetos modernos no concurso do ano anterior, sob o pretexto de eliminar o caráter de arbitrariedade da decisão do Ministro: Carlos Leão (1906 – 1983), Affonso Eduardo Reidy (1909 – 1964) e Jorge Moreira (1904 – 1992). O primeiro era sócio de Costa e os outros, conhecidos da ENBA. Por fim, passaram também a compor a equipe Ernani Vasconcelos (1912 – 1989), por exigência de Moreira, seu primo e colaborador no concurso, e, em decorrência dessa última concessão, Oscar Niemeyer (1907 – 2012), que era “(...) encarregado das perspectivas do escritório de Costa, [e que] sentiu-se à vontade para exigir sua inclusão no grupo” (CAVALCANTI, 2006, p. 42). Ao montar a equipe para elaborar o projeto do MES, Costa constituiu o que poderia ser apelidado de “CIAM carioca”.

O arquiteto Archimedes Memória, membro do Partido Integralista, situado na extrema-direita, em reação ao fato de ter seu projeto preterido, escreveu ao Presidente Vargas, buscando reverter a decisão do Ministro. Seus argumentos aludiam à suposição de que Capanema estaria acobertando em seu Ministério uma “célula comunista”, composta por Costa, que tinha como sócio Warchavchik, “judeu russo de atitudes suspeitas” (CAVALCANTI, 2006, p. 43–44), além de poetas modernistas. Com essas acusações, Memória esperava recuperar espaço no campo da arquitetura através de uma incursão no campo político. Todavia, suas ações não lograram êxito e o projeto moderno para o MES prosseguiu.



Os modernos apresentaram a primeira proposta com planta baixa do corpo principal do edifício em forma de “U” em maio de 1936. Também solicitaram ao Ministro que Le Corbusier fosse contratado como consultor nesse projeto e em outro, para a cidade universitária. Para Lúcio Costa, a consultoria do arquiteto estrangeiro funcionaria como uma espécie de chancela legitimadora de modo a evitar outros pareceres questionadores que inviabilizassem a realização do projeto moderno. Todavia, Capanema alegou que não tinha autonomia para contratar Le Corbusier, o que motivou novamente a participação direta do Presidente Vargas no imbróglia arquitetônico que se tornou a construção do MES. Assim, Costa teve de convencer Vargas da importância de convidar Le Corbusier (CAVALCANTI, 2006, p. 45), ilustrando que as estratégias dos modernos locais envolveram tanto a participação de atores políticos quanto de estrangeiros, expressando a falta de autonomia desse campo.

A participação de Le Corbusier, que oficialmente foi justificada para a realização de palestras (DURAND, 1991), permanecendo por quatro semanas no Rio de Janeiro, entre junho e julho de 1936, acarretou, em primeiro lugar, no questionamento da primeira solução dos brasileiros, em razão da simetria e da forma em “U”, propondo solução diversa, na qual o bloco principal fosse composto de uma lâmina sob pilotis, abolindo o pátio interno. Vale destacar que Oscar Niemeyer, por sua função de desenhista no grupo, ficou “à disposição” de Le Corbusier de maneira a converter “as suas ideias logo em desenho” (CAPANEMA apud CAVALCANTI, 2006, p. 47). Após a partida do consultor estrangeiro, Niemeyer passou “a ter ascendência sobre o grupo” com o consentimento de Lúcio Costa, que atribuiu ao jovem arquiteto encontrar as “soluções mais ‘felizes’” para a definição do projeto (DURAND, 1989, p. 8–9). Segundo Costa, “o maior legado de Le Corbusier foi o próprio Niemeyer” (CAVALCANTI, 2006, p. 47). Isto demonstra que a própria correlação de forças no interior do grupo moderno carioca foi modificada em razão da dinâmica dos eventos, das interações entre os agentes e da redistribuição dos capitais, entre outros fatores.

No contexto em que os modernos procuravam atender aos desafios associados à construção de edifícios altos e ao emprego da técnica do concreto armado, inicialmente acionando referências estrangeiras para sustentar suas ideias e projetos, e em que recebiam críticas dos neocoloniais devido à influência internacional de suas formas, Pessôa (2006) assevera que

o projeto elaborado para a sede do MES expressa o esforço em torno da construção de

uma linguagem arquitetônica moderna própria. O Ministério radicaliza e sintetiza os princípios da arquitetura moderna internacional, com sua fachada de vidro, seus pilotis, seus terraços-jardim, sua planta livre, sua implantação no lote, mas ao mesmo tempo insere algo novo e local na escolha dos painéis de azulejos e das pedras de galho para revestimento. Nele 'inventa-se' a ideia de uma arquitetura moderna nacional com a imagem de um projeto de país voltado para o futuro, ao contrário do passadismo implícito da arquitetura neocolonial. As influências externas existiam e continuariam a existir, mas, serão para alimentar pesquisas na construção deste vocabulário próprio (PESSOA, 2006, p. 219).

Cavalcanti (2006) afirma que a prevalência dos modernos sobre os acadêmicos está relacionada ao êxito de uma estratégia baseada em três linhas de ação:

(...) a construção de monumentos estatais para o Estado Novo, a instauração [em 1937, próximo do início da execução da obra da sede moderna do MES] de um Serviço de Patrimônio responsável pela constituição de um capital simbólico nacional (...) e, finalmente, a proposição de projetos de moradias econômicas, para a implantação, no país, de uma política de habitação popular (CAVALCANTI, 2006, p. 10).

Ainda conforme o supracitado autor, os arquitetos modernos dominaram o campo da arquitetura porque souberam atuar em polos extremos. Por um lado, no polo "erudito", construindo edifícios públicos e privados monumentais e ocupando cargos no Serviço de Patrimônio, que lhes permitiram determinar quais símbolos arquitetônicos deveriam ser preservados ou demolidos. Por outro, no polo "popular", projetando residências de baixo custo em grande escala. Essa estratégia permitiu que impusessem os princípios de seu universo simbólico tanto para as elites como para as classes populares.

A arquitetura moderna brasileira se fortaleceu através de encomendas do nascente Estado republicano brasileiro, que gozava de certa pujança econômica, ao contrário da Europa, que se recuperava de guerras (CAVALCANTI, 2006). O mecenato estatal da arquitetura contribuiu para a consolidação da profissão no Brasil e as fronteiras do campo foram estabelecidas junto da afirmação do modernismo como padrão estético, com as encomendas dos líderes do Estado Novo, que procuravam "desenvolver a 'alta' cultura" por meio das "renovações das elites" (DURAND, 1991, p. 7).

Campo heterônomo da arquitetura: à guisa de conclusão

Neste trabalho foi adotada a orientação metodológica de analisar a própria historiografia do campo da arquitetura. Todavia, para uma investigação futura mais aprofundada, se reconhece a importância de acessar fontes primárias, o que permitirá uma observação mais minuciosa das dinâmicas políticas envolvidas na construção do MES.

A matriz teórico-metodológica sugerida por Bourdieu reforça que compreender a arquitetura como um campo significa dizer que não é possível analisar suas questões internas desconectadas de lutas mais amplas da sociedade. Ao mesmo tempo, não é adequado relacionar sem mediações as questões internas às externas, posto que na arquitetura existem regras próprias, a partir das quais o mundo exterior é reinterpretado e são traduzidos os símbolos internos para o exterior.

Os aportes de Bourdieu contribuem para realizar análises multidimensionais, na medida em que articulam aspectos sociais, políticos e econômicos, extrapolando as tradicionais ênfases estéticas, formais e funcionais da historiografia arquitetônica. Ao utilizar seus conceitos, é possível descrever o campo da arquitetura como um espaço intermediário e heterônomo de relações, influenciado por forças externas. No interior desse campo, os agentes disputam entre si em várias arenas para afirmar suas descrições da realidade e impor suas prescrições, com a finalidade de, literalmente, reconstruir o mundo. As articulações que os agentes internos conseguem estabelecer com atores sociais de outras escalas e diferentes campos contribuem para incrementar o volume e as espécies de seus capitais, modificando, assim, a correlação de forças e revertendo domínios. Isso torna a concorrência interna sujeita a aspectos e características que não envolvem diretamente a práxis da arquitetura.

Um motivo óbvio, mas não único, para a heteronomia na arquitetura consiste no fato de que os arquitetos necessitam da contratação e, logicamente, da remuneração por agentes externos, pois são estes que encomendam projetos àqueles, influenciando a produção arquitetônica. Os arquitetos não produzem elementos materiais e simbólicos apenas para si mesmos, mas, sobretudo, para o uso e a experimentação por outros agentes sociais. Assim, a arquitetura está sujeita às determinações externas e é utilizada na produção de símbolos de poder. Todavia, enquanto são produzidos

artefatos arquitetônicos que se prestam à finalidade de abrigar os humanos e suas relações, estes mesmos artefatos também são condicionados em razão de disputas internas entre arquitetos, que lutam, entre outros motivos, pelo poder de definir esteticamente e funcionalmente o mundo e o modo não só como o espaço, mormente, mas também o tempo (na forma de memória e devir) são experimentados pelas pessoas.

O mecenato estatal na arquitetura estabelece outra categoria particular de dependência. O Estado possibilita a produção arquitetônica através de concursos que visam ser impessoais, concedendo certa autonomia aos arquitetos. Essa autonomia aparente surge pelo fato de não dependerem exclusivamente dos favores do “mercado”. No entanto, essa situação pode resultar em outras formas de heteronomia pela imposição de interesses de forças políticas que dominam o Estado, que representam, em última instância, forças econômicas das quais supostamente a arquitetura teria se libertado, impondo outros limites em razão das negociações realizadas.

Historicamente, os arquitetos têm se beneficiado da relativa autonomia proporcionada pelo Estado para dele, posteriormente, se libertarem, ao menos parcialmente. A arquitetura moderna brasileira contou com o mecenato estatal na disputa com acadêmicos e neocoloniais; após esse impulso inicial, se difundiu mais sistematicamente pela sociedade através de encomendas particulares. No entanto, a consolidação da profissão no país depende do Estado, porquanto ainda hoje se observa um clamor entre os arquitetos, por intermédio de suas entidades representativas, por concursos para todos os projetos de edifícios e espaços públicos.

O projeto do MES formalizou uma nova linguagem arquitetônica em resposta aos representantes de outras estéticas. Com o apoio estatal e certa autonomia, foram produzidos símbolos para atender aos interesses de agentes externos ao campo da arquitetura, os quais, através de sua intervenção, modificaram o espaço de relações.

Referências

BONNEWITZ, P. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTI, L. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CHUVA, M. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 55, p. 89–107, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/zYrmJ7MkSD67pGMWQxNwzyn/?format=pdf&lang=pt>.

DURAND, J. C. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855–1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

DURAND, J. C. Negociação política e renovação arquitetônica: Le Corbusier no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n.16 jun., p. 5–26, 1991. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/16/rbcs16_01.pdf.

PESSÔA, J. Origens em conflito: academia e vanguardas. In: Cêça Guimaraens. (Org.). *Arquitetura e movimento moderno*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 213–222.

